

A Lei Federal nº 11.645/2008 e as pesquisas sobre formação e atuação de professores no período de 2008 a 2014.

Maria Luisa Da Silva Borniotto

Rita De Cássia Alves

Rosangela Celia Faustino

Resumo

Este estudo aborda a formação de professores com vistas à implementação da obrigatoriedade dos estudos da História e Cultura da África, Afro-brasileira e indígena no Brasil, conforme dispõe a lei federal nº 11.645/2008. A pesquisa se insere nas ações do Observatório da Educação Escolar Indígena (CAPES/SECADI/INEP), UEM-PR e abrange o período de 2008 a 2014. A metodologia pauta-se na pesquisa qualitativa, por meio do estudo sobre o estado da arte, na perspectiva defendida por Ferreira (2002), cujo objetivo foi o de mapear e discutir as produções acadêmicas na área da educação, tentando responder de que forma as dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos científicos tematizam a questão da formação de professores para o trabalho com esta temática em sala de aula. As fontes foram levantadas e sistematizadas a partir do banco de teses de doutorado e dissertações de mestrado da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) e banco de artigos científicos na base da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). O resultado do estudo demonstra a ausência de políticas efetivas para a formação de professores em diferentes regiões do país, bem como ausência de recursos didáticos adequados para o trabalho de professores com a temática.

Palavras-chave: Lei nº 11.645/08; educação étnicorracial; formação de professores.

Introdução

Reconhecendo que as populações negra e indígena sofrem com a desigualdade e a discriminação no Brasil, o Conselho Nacional de Educação (CNE) interpretou as determinações da Lei 10.639/2003 que introduziu na Lei 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurando, em seus Art. 26, 26 A e 79 B, o direito a igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como igualdade de direito de acesso às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, em diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros (PARECER, p. 341), a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana, e, posteriormente, na Lei 11.645/08 que dá a mesma orientação quanto à temática indígena.

Essas medidas de combate ao preconceito, por meio de políticas públicas, são iniciativas que requerem o combate ao preconceito e a discriminação que sempre sofreu e ainda sofrem as populações negras e indígenas no Brasil. A formação escolar, foi incumbida de “[...] modificar uma cultura preconceituosa, combater a discriminação e promover o acesso ao conhecimento para todos” (FAUSTINO; MOTA, 2012, p.09).

Neste sentido e considerando de suma relevância a formação de professores para atuar com a temática das relações étnico-raciais em sala de aula, o presente estudo buscou mapear e discutir as produções acadêmicas em diferentes campos do conhecimento, visando compreender de que forma a produção científica sobre o tema tem abordado a questão.

Produção científicas sobre a implementação do dispositivo na lei federal nº 11.645/2008: formação de professores

No dia 10 de março de 2008, foi sancionada a lei federal nº 11.645, que instituiu a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura da África, Afro-Brasileira e Indígena no âmbito dos sistemas de ensino da educação nacional. Com isso, impulsionou-se o debate suscitando a preocupação, por parte das instituições educativas, de pesquisadores, professores e professoras de todos os níveis da educação, sobretudo da educação básica, por formação na área da História da África, afro-Brasileira e Indígena. Além da necessária formação constatase, também, a ausência de recursos didáticos e de projetos adequados às diferentes realidades culturais que possam contribuir com o processo educativo em seus diferentes níveis.

A Universidade Estadual de Maringá, por meio do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações/Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história, desenvolve pesquisas, estudos e cursos de formação continuada de professores da educação básica com vistas a contribuir para a elaboração de conhecimentos sobre “História e Cultura” dos povos indígenas” (FAUSTINO; MOTA, 2012, p.13).

Nos cursos de formação continuada para professores que atuam na educação básica das escolas públicas do Paraná, desenvolvidos pelo LAEE/UEM, evidencia-se que grande parte dos professores desconhece a História da África e dos Afrodescendentes na construção do Brasil, assim como a existência de populações indígenas e suas culturas no Paraná. (FAUSTINO; MOTA, 2012, p.14).

Partindo desta constatação, demos início a estudos e pesquisas que pudessem evidenciar como está sendo conduzida, em nível nacional, as questões sobre o tema. Devido à limitação deste artigo, foram realizados levantamentos sobre os estudos produzidos e

publicados em três bases de dados consideradas de ampla abrangência para sistematizar obras que abordam a temática no período de 2008 a 2014, que tem como objeto central, a formação de professores. A escola se deu por entendermos que este é um dos pontos centrais para que a política se viabilize.

Buscou-se suscitar as questões raciais e étnicas, sobre respeito e conhecimento e o reconhecimento, inserções curriculares que possibilitem a valorização da História dos povos Africanos e Indígenas no Brasil. Foram feitas pesquisadas no banco de teses e dissertações da CAPES, tendo sido localizadas cinco dissertações de mestrado, uma tese de doutorado; no banco de artigos científicos na base da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) tendo sido identificados e estudados seis artigos publicados em periódicos científicos.

As dissertações de mestrado localizadas foram as seguintes: Rinaldo Farias de Vasconcelos (2011); Ana Claudia Oliveira da Silva (2012); Clovis Claudino Bento (2012); Mayara Silvério Batista Rosa (2012); Leonardo Machado Palhares (2012). Com relação às teses de doutorado disponibilizadas na base de dados da CAPES, neste período, foi encontrado apenas um estudo, de Marinês Viana de Souza (2010).

Os artigos científicos levantados na base de dados da *SCIELO* foram de Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson Jesus (2013); Wilma de Nazaré Baía Coelho e Mauro Cezar Coelho (2013); Lucimar Rosas Dias (2012); Sônia Santos dos Santos e Vera Lúcia de Carvalho Machado (2008); Wanderleya Nara Gonçalves Costa (2009); Douglas Verrangia e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010).

A partir destas fontes partiu-se para a análise de conteúdo. Conforme o que dispõe Bardin (2009), esta abordagem corresponde a um conjunto de técnicas que permitem a análise de um fenômeno utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens e textos.

Formação de professores e materiais didáticos sobre as relações étnico raciais nas Dissertações de Mestrado

A pesquisa de Vasconcelos (2011), intitulado **Estudo da História e Cultura afro-brasileira e indígena: limites e possibilidades de implementação no contexto do ensino técnico em agropecuária no Campus Barreiros** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, analisou as implicações na implementação do Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no contexto da educação básica e outros níveis e

modalidades de ensino, a partir das experiências dos professores (as) e dos alunos (as) do curso técnico em agropecuária, integrado ao Ensino Médio, do Campus Barreiros – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, enfocando as relações étnico-raciais e as políticas de reparações, reconhecimento e valorização de ações afirmativas no cotidiano escolar.

O estudo partiu da observação feita por parte do autor da dissertação, de que há uma grande dificuldade de se trabalhar os conteúdos que norteiam a temática da história e cultura afro-brasileira e indígena no contexto escolar, bem como, às relações étnico-raciais no ambiente de ensino-aprendizagem. O autor considera a escola como um espaço estratégico e que tem um papel fundamental no processo de construção e reconstrução de valores sociais, por isso, acredita ser necessário que haja um novo olhar sobre a questão racial no contexto escolar, já que o sistema de ensino brasileiro se baseia numa visão eurocêntrica, monocultural, discriminatória de caráter racista e excludente.

Ao entrevistar professores e alunos com a finalidade de buscar esclarecimentos sobre encaminhamentos existentes quanto ao conhecimento e ao tratamento dado à questão étnico-racial na escola, o autor conclui que as ações em prol do combate à discriminação e ao preconceito em relação aos negros e indígenas no Brasil, ainda são pontuais. Destaca que a maioria dos professores entrevistados, por não ter usufruído de uma formação voltada para esse tipo de estudo, não conhece questões básicas relacionadas à África, nem a trajetória dos africanos e afros descendentes no Brasil, o que, certamente o impossibilita de desenvolver estudo mais aprofundados sobre a história e cultura africana e afro-brasileira coerentemente, sem folclorismo.

A pesquisa de mestrado de Ana Claudia Oliveira da Silva (2012), **Diversidades etnicorraciais e a política educacional de Pernambuco: a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena como conteúdo curricular** propôs-se a examinar o processo de implementação da Lei 11.645/08, nos currículos oficiais, na rede Estadual de Ensino de Pernambuco, no recorte temporal de 2007 a 2010. Tomou como ponto de partida a problematização de como as diferenças socioculturais foram assumindo contornos de desigualdades desde a colonização no Brasil e os modos como se apresentam na atual conjuntura educacional, levando em conta, todavia, que as lutas por reconhecimento e valorização das diferenças têm inscrito na agenda pública a definição de políticas que visam promover a igualdade étnico-racial brasileira também no campo educacional.

O principal objetivo do estudo foi investigar as ações governamentais de âmbito estadual para que os princípios registrados na legislação fossem seguidos, procurando

identificar possíveis distâncias entre o que foi proclamado nos termos da Lei e as formas de sua assimilação pela política educacional de Pernambuco. Para tanto, optou por desenvolver uma pesquisa de enfoque qualitativo por meio da análise de documentos e da realização de entrevistas semiestruturadas com professores e gestores envolvidos no processo, além de pesquisa no Ministério Público de Pernambuco - MPPE.

Os resultados apontaram que a atuação dos Movimentos Sociais e do MPPE tiveram grande relevância para que conquistas, ainda que limitadas, acontecessem em âmbito estadual. Revelaram ainda que as ações da Secretaria de Educação de Pernambuco – SEDUC-PE no período investigado foram pontuais e descontínuas, em consonância com os projetos do governo estadual que tem privilegiado a obtenção de resultados com menor aplicação de recursos desconsiderando as especificidades do campo educativo e a centralidade das temáticas afro-indígenas. Estas constatações reafirmam a distância entre a aprovação de políticas de ação afirmativa e sua implementação, de fato, nas escolas demonstrando que o processo de implementação das políticas que visam combater as desigualdades e as discriminações etnicorraciais são incipientes, face às posturas tradicionais referentes ao tratamento da questão. Entretanto, a pesquisa aponta que a Lei 11.645/08 pode configurar-se como um importante instrumento de luta para a mobilização e o questionamento em torno das desigualdades historicamente existentes.

A dissertação de Mestrado de Clovis Claudino Bento (2012), defendida na Universidade Federal de São Carlos intitulada **Jogos de origem ou descendência indígena e africana na educação física escolar: educação para e nas relações étnico-raciais** teve como objetivo central buscar uma compreensão dos processos educativos que se desenvolveram na prática social de jogos de origem ou descendência indígena e africana no contexto de uma intervenção em aulas de Educação Física com alunos do 4º ano do Ensino Fundamental, de uma escola pública estadual localizada na cidade de São Carlos/SP. Buscou possibilitar e auxiliar o cumprimento da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e, também, a lei 11.645/2008 que inclui a História e a Culturas Indígenas, na Educação Básica.

Bento (2012) considera que a Educação Física, assim como os demais componentes curriculares da Educação Básica, pode e deve incluir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, possibilitando a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-raciais presente no Brasil. O autor considerou, com base nos registros em diários de campo, que o constante diálogo entre os professores e alunos, a partir da prática social de jogos de origem ou descendência indígena e africana realizados no contexto das

aulas de Educação Física, proporciona a construção de processos educativos relacionados à valorização, conhecimento e reconhecimento da cultura Indígena e Africana, estimulando-os a apresentarem os seus saberes, suas descobertas, suas indagações e curiosidades.

Na dissertação de mestrado de Mayara Silverio Batista Rosa (2012) **As representações dos indígenas no livro didático de história do ensino fundamental (1º ao 5º ano) do ensino público de Campo Grande / MS**, da Universidade Católica Bom Bosco, de Campo Grande no Estado do Mato Grosso do Sul, vinculada à Linha de Pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena, teve como objetivo geral analisar as representações dos indígenas nos livros didáticos de História de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental adotados pela Rede de Ensino Público de Campo Grande/ MS, após a aprovação da Lei 11.645/08, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, que foram adotados pelo Ensino Fundamental das Escolas Públicas de Campo Grande/MS.

A autora observou que o livro didático de História continua sendo usado como uma ferramenta que visa criar um sentimento de cultura nacional através da supressão das diferenças de raça, etnia, crença e língua, além disso, geralmente apresentam o indígena como selvagem, atrasado, ingênuo e congelado no tempo em narrativas generalizantes e que demonstram visões estereotipadas e pautadas na ótica do colonizador. Assevera que a aprovação da lei 11.645/08 que garante e determina o ensino da história africana e indígena nas escolas brasileiras, não pode ser colocada em prática de forma eficaz, sem que haja uma reformulação do livro didático e sem que os profissionais de educação passem por uma capacitação sobre o tema.

A reformulação do material didático e a capacitação dos professores que deveriam trabalhar em sala de aula as temáticas indígena e africana, fazem parte da lei aprovada em 2008, sendo assim é fundamental que chegue o mais rápido possível às mãos dos professores e alunos, manuais didáticos, reformulados, que tratem dessas questões de forma mais ampla e democrática. No entanto, apesar de tudo, a autora considera relevante que mesmo apresentando essas imagens fragmentadas, monoculturais e cristalizadas no passado colonial, já é um avanço que os livros didáticos de história estejam trabalhando, mesmo que de maneira notadamente etnocêntrica, a temática indígena. Observou-se não fazer muito tempo que os índios nem mesmo eram citados nos livros didáticos de história usados pelas escolas públicas de nosso país. Acredita que as análises elaboradas em sua pesquisa, podem colaborar para que a abordagem sobre os indígenas possa ser finalmente atrelada ao seu presente e afastada

daquele estereótipo cristalizado que vem sendo repetido século após século como algo que deveria fazer sentido num mundo totalmente diferente daquele encontrado pelos “descobridores”. Mesmo que a abordagem sobre o indígena ainda privilegie a lógica europeia, o primeiro passo rumo a uma educação menos monocultural já foi dado, isso graças ao fato de o indígena, já fazer parte do currículo escolar.

Permeando o mesmo objeto de investigação, a dissertação de mestrado de Leonardo Machado Palhares (2012), com o título **Entre o verdadeiro histórico e a imaginação criadora: ilustrações sobre história e cultura dos povos indígenas em livros didáticos de história** defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa imagens (ilustrações) sobre história e cultura dos povos indígenas em livros didáticos de História. Para análise, foram selecionadas duas coleções de livros de História destinados às séries iniciais do Ensino Fundamental (2º ao 5º ano) no Brasil: —História, Imagem & Texto e —História no Dia-a-Dia. Esta seleção recaiu sobre coleções que constam do Guia do Plano Nacional do Livro Didático dos anos de 2004 e 2010.

A análise considera os prováveis impactos da Lei 11.645/08 sobre a abordagem da história e cultura dos povos indígenas. Através da análise de ilustrações o autor trouxe as representações construídas sobre os índios, sua história no contexto do estudo da história do Brasil e sobre a diversidade de suas culturas. Buscou avaliar os impactos da Lei 11.645/08 sobre coleções de livros didáticos aprovados e que constam do Guia do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2010. Considerou que, mesmo com as mudanças legais que definem a construção de representação não-estereotipada e orientada por novas pesquisas sobre história e cultura dos povos indígenas como critérios para validação das coleções de livros didáticos, permanece, ainda, parte das antigas representações, suavizadas por uma abordagem que mantém os índios como grupo homogêneo e preso à floresta, aos quais é atribuído um lugar moral – pois vivem em harmonia com a natureza e delas tiram apenas o que precisam para sobreviver – e, ao mesmo tempo, um lugar preservacionista – pois não destroem as matas.

O estudo evidencia que os processos de estigmatização e exclusão das sociedades indígenas foram e ainda continuam sendo marcados pela atribuição de características pejorativas que podem ser observadas na nomeação dos índios a partir da homogeneização cultural, na não-percepção das diferenças entre as comunidades indígenas — que são, com recorrência, indicadas a partir do termo genérico “índio” — e nas representações visuais dessas comunidades. Ao refletir sobre as representações da história dos indígenas nas coleções estudadas, afirma que a Lei 11.645/08 não impactou as coleções no período imediato

a sua publicação, pois o movimento, muito mais amplo, já motivava a reflexão dos autores antes mesmo da publicação da referida lei.

Com isso, constatou que, apesar de avanços já considerados no estudo da história e cultura dos povos indígenas, permanece o uso de imagens estereotipadas, com grande recorrência de padrão físico uniformizado para retratar o índio, geralmente colocado na floresta. Estas são representações que não ajudam a avançar na problematização da questão indígena na sociedade brasileira. Refletir sobre os potenciais educativos das imagens que levam em consideração a mobilização de outra ordem de interpretação do mundo é fundamental para um Ensino de História que seja focado na problematização de temas a partir do uso de diferentes recursos (fontes) de estudo.

As Teses de Doutorado e a Diversidade Etnico-racial

A pesquisa de doutorado de Marinês Viana de Souza (2010) **Entre Ajuricaba(s) e Zumbi(s): currículo e diversidade cultural. A inclusão das temáticas culturais de matrizes indígenas e africanas na área de Artes em escolas públicas da zona leste da cidade de São Paulo**, realizada e defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na área de Artes, investigou como tem sido o processo de inclusão das temáticas culturais de matrizes africanas e indígenas no campo do ensino de artes em escolas públicas situadas na zona leste de São Paulo.

A autora investigou, por meio da abordagem metodológica de cunho qualitativo, com o aporte da análise de conteúdo, a prática de professores de Artes sobre qual era o conhecimento que eles tinham em relação às leis 10.639 e 11645 e as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de que forma os professores trabalham as temáticas indicadas nas leis. Foram adotados os referenciais teóricos de autores que abordam o currículo na perspectiva crítica, a diversidade cultural sob a ótica dos estudos multiculturais e dos direitos humanos, sobre a arte, abordando a sua relação com o ensino nas escolas. Conclui que os estudos curriculares ajudaram a evidenciar a realidade monocultural e etnocêntrica com que são formuladas as propostas pedagógicas no Brasil, onde não se observa a diversidade cultural como princípio articulador das práticas, uma vez que nossa tradição curricular não é democrática, porque a seleção de conteúdos privilegia certos saberes em detrimento de outros, e na área de Artes, os padrões estéticos se assentam em modelos monoculturais. Nesse contexto de desigualdades e exclusão, as histórias e culturas de matrizes africanas e indígenas

tem uma tradição de invisibilidade ou de sub-representação, com abordagens que reforçam estereótipos e preconceitos em torno dos sujeitos que se vinculam culturalmente as mesmas.

Indígenas e negros comungam de um passado de exclusão social neste país. A autora observou que é significativo o número de professores que tem conhecimento da legislação, porém, a implementação dessas ações enquanto práticas pedagógicas ainda tem se configurado de forma individualizada, variando de acordo com a inclinação do professor ou do desejo e trabalho das equipes escolares. Acredita que isso possa ser superado e enfrentado por meio de políticas públicas e não somente pela via da ação individual.

Souza (2010) observou ainda, que os professores demonstraram interesse em trabalhar com essa temática, em aprender mais e em criar os seus espaços de realização nas escolas, apesar das limitações impostas, da falta de formação específica, material e articulação das equipes. Portanto, as dificuldades não foram impedimento para que esses professores trabalhassem com os conteúdos culturais, numa perspectiva comprometida com a superação de estereótipos e preconceitos, indicando atenção no trato com essas questões nas aulas. Também destacou a necessidade de melhorar as ações educativas, para que estas não sejam realizadas em momentos esporádicos no currículo escolar, observando que essas ações não estão somente nas mãos desses profissionais.

Pelo resultado do estudo, acredita que cada um, em suas esferas de competências específicas, deve contribuir com o compromisso de implementação das leis e as Diretrizes Curriculares estudadas na tese, travando sempre um diálogo com a produção teórica sobre o tema, com as experiências vivenciadas de professores, atentando para os avanços e lacunas dessas medidas e que, certamente, as ações precisam ser assumidas nas políticas públicas das redes de ensino.

O tema na abordagem de artigos científicos

Com relação aos artigos científicos pesquisados na base da Scientific Eletronic Library online (SCIELO), foram identificadas diferentes abordagens sobre o tema. Foram selecionados aqueles cuja discussão priorizou a formação e professores, materiais e práticas escolares.

O artigo de Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson Jesus (2013), intitulado **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa**, publicado no periódico Educar em Revista, apresenta a investigação, apoiada e financiada pela

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), em parceria com a Representação da UNESCO no Brasil e coordenada pelo Programa de Ações Afirmativas na UFMG. Envolveu cinco Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros de universidades públicas federais do país destacando os dilemas, desafios e limites do processo de implementação do ensino de História da África e das Culturas Afro-Brasileiras nas escolas públicas e privadas da educação básica brasileira. Observou-se que, de maneira irregular e muito complexa, o processo de implementação dessa legislação – uma alteração da LDB – torna-se imprescindível para compreender os desafios da política pública em educação e a diversidade, bem como novos elementos de análise para a pesquisa educacional.

O artigo de Wilma de Nazaré Baía Coelho e Mauro Cezar Coelho (2013), **Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso**, apresenta uma discussão que enfatiza que a Lei 10.639/2003, desde que foi promulgada, engendrou uma nova dinâmica nas escolas, instadas pelas determinações legais, gestores e professores formularam alternativas para fazer frente aos dispositivos que introduziram as temáticas da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares do Ensino Fundamental. A análise sobre essas iniciativas evidencia mais do que a visão que esses agentes escolares cultivam sobre as temáticas propostas. Ela viabiliza um quadro singular do ambiente escolar, de suas virtudes e vícios. A partir da análise de seis escolas, em quatro Estados da Região Norte, o artigo demonstra que o imprevisto e a “boa intenção” superaram, em muito, o investimento em pesquisa e formação continuada, para o enfrentamento da questão étnico-racial no Brasil. Os resultados positivos das ações em curso, por iniciativa de diferentes entes, devem ser reconhecidas como importantíssimos para os alunos, porém, não escondem a fragilidade da ausência de uma política efetiva que viabilize a implantação no sistema de ensino, do que está estabelecido na Lei

O artigo de Lucimar Rosas Dias (2012), intitulado **Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo** apresenta parte de sua pesquisa de doutorado defendida na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Teve como principal objetivo compreender os modos pelos quais professoras da primeira infância se apropriaram de conhecimentos adquiridos em cursos de formação continuada cujos objetivos foram os estimular a inclusão de práticas pedagógicas que tratassem da diversidade étnico-racial. Foram analisadas duas experiências, uma desenvolvida pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, e outra pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas/SP. O trabalho se ancora em concepções da teoria crítica da educação, para a qual as práticas pedagógicas estão relacionadas com as

práticas sociais, sendo também tarefa do professor a construção de estratégias educacionais que fomentem o respeito da diversidade étnico-racial.

O artigo de Sônia Santos dos Santos e Vera Lúcia de Carvalho Machado (2008), intitulado **Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (lei 10.639) e novos desafios**, tem por base a dissertação de mestrado “População negra, relações inter-raciais e formação de educadoras/es: PENESB (1995-2007)”, defendida por Sônia Querino dos Santos e Santos na PUC-Campinas em dezembro de 2007. Investigou como o processo de identificação é construído no plano simbólico, nas opções curriculares, nas metáforas interditas que permeiam as ideias pré-concebidas que carregamos, pois nem sempre o diferente que vemos nos encanta, pelo contrário, muitas vezes, nos desafia e nos faz revisar nossas opções individuais e nossos valores.

O artigo de Wanderleya Nara Gonçalves Costa sob o título **As histórias e culturas indígenas e as afro-brasileiras nas aulas de matemática** (2009), discute a temática a partir dos referenciais da Etnomatemática, da História Cultural e dos Estudos do Imaginário. Apresenta um breve estudo do Maracatu para sugerir aos professores algumas possibilidades de ação. Atuando na formação de professor, a autora do artigo nos instiga com a seguinte questão problematizadora de sua abordagem: “Que potenciais, tensões e desafios estão presentes na proposta de se ressaltar, no ensino de matemática nas escolas básicas, as culturas indígenas e afro-brasileira?” (p. 176). Objetivou com isso, resgatar a história da presença do ser negro, do ser índio e de seus conhecimentos nas propostas de governo e nas pesquisas acadêmicas em Educação Matemática; descobrir como as categorias analítico-descritivas cultura negra, cultura indígenas, conhecimentos etnomatemáticos afro-brasileiros e indígenas são compreendidas e abordadas pelos professores de matemática da escola básica; sistematizar as possibilidades de uso pedagógico de etnomatemáticas indígenas e negras apontadas nas pesquisas, intensificando-as por meio da produção e da divulgação de conhecimentos e atividades didáticas capazes de auxiliar os professores de matemática a implementar ações de valorização das culturas indígenas e afro-brasileiras na escola.

A autora destaca que são poucas as contribuições que os professores de matemática do ensino básico de todo o país têm recebido para abordar as culturas dos povos indígenas e afro-brasileiros. Portanto, acredita ser necessário encontrar soluções que possam levar esses professores a adotarem práticas pedagógicas que respeitem e divulguem a diversidade das culturas negras e das indígenas.

Portanto, a aplicação, eficácia e cumprimento da lei, que é fruto de reivindicações de grupos de resistência e de valorização do negro e do índio dependerá tanto das interpretações

que dela serão feitas quando do lugar político e ideológico que ocupará o professor da escola básica. Por isso, a necessidade de problematizar concepções e preconceitos desses professores e, também, de auxiliá-los na construção de caminhos capazes de, inclusive nas aulas de matemática, abordar os saberes e fazeres negros e indígenas. Com a implementação da Lei 11.645/2008, tornam-se obrigatórias aulas sobre as histórias e as culturas dos povos indígenas. Não se trata de mais uma disciplina no currículo escolar, mas de uma orientação para que as disciplinas que constituem o currículo escolar básico – inclusive a matemática – incorporem a discussão sobre a contribuição dos negros e dos índios à cultura brasileira.

O artigo de Douglas Verrangia e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva intitulado **Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências** (2010), em meio às discussões sobre direitos humanos, cidadania e educação, o presente artigo procura contribuir para o entendimento de desafios e potencialidades do ensino de Ciências no contexto de uma formação para a cidadania plena. O objetivo do texto é propiciar a articulação entre cidadania, a educação das relações étnico-raciais e o ensino de Ciências, que possam destacar estratégias de ensino de Ciências que poderá promover a educação das relações étnico-raciais, entendidas enquanto direito humano fundamental. Partindo de referências teórico-metodológicas e de dados empíricos coletados em suas pesquisas, a partir de diferentes fontes, como conversas informais e entrevistas com docentes de Ciências na educação básica, estudos e debates transcorridos no contexto acadêmico dos autores, apresentações da temática deste artigo junto a estudantes de ciências biológicas e em reuniões científicas de âmbito nacional e internacional, foram identificados cinco grupos de temáticas e questões que podem ser abordados no ensino de Ciências a fim de promover relações étnico-raciais entre estudantes.

Esses grupos são: a) impacto das Ciências Naturais na vida social e racismo; b) superação de estereótipos, valorização da diversidade e Ciências Naturais; c) África e seus descendentes e o desenvolvimento científico mundial; d) Ciências, mídia e relações étnico-raciais, e) conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira e Ciências. Em contato com docentes em curso de formação continuada, os autores perceberam que as abordagens do ensino de Ciências visando o conhecimento das relações étnico-raciais podem contribuir para viabilizar processos educativos comprometidos com a formação para a cidadania e eliminação dos preconceitos étnicos, uma vez esse trabalho suscitou maior interesse por parte dos professores quanto à elaboração e desenvolvimento de atividades e projetos pedagógicos na escola, na seleção de conteúdos conceituais preestabelecidos nos

livros didáticos, textos e ementas para o estabelecimento de ensino com uma visão fragmentada do conhecimento científico, atualmente abordado na escola.

Conclusão

Os estudos sobre as publicações científicas na área de formação de professores demonstram que, embora tenha aumentado o número de pesquisas que abordam a temática das relações étnico-raciais e, sobretudo, no que se refere à cultura dos povos indígenas, ainda é muito visível a falta de conhecimento sobre a temática e a legislação por parte dos professores, principalmente, da educação básica e que a implementação das ações que propõe a lei nº 11.645/2008 ainda tem se configurado de forma individualizada, dependendo da vontade, esforço e iniciativas isoladas sem ter, ainda, se constituído como uma política que se efetiva em termos curriculares e pedagógicos.

Variando de acordo com a inclinação do professor ou do desejo das equipes e instituições escolares apresenta-se frágil no cumprimento daquilo que é uma determinação nacional para corrigir uma lacuna que a mais de 500 se apresenta no país, ou seja a ausência de abordagens curriculares que, efetivamente reconheça e respeite o lugar que ocuparam e ocupam as diferentes culturas e povos, na sociedade brasileira. Assim como aponta a tese de doutorado de Marinês Souza (2010), essa demanda ainda precisa ser conquistada e enfrentada por meio de políticas públicas efetivas e não somente pela via da ação individual, ou setorializada em algumas escolas do país.

Portanto, a aplicação, eficácia e cumprimento da Lei, que é fruto de movimentos e reivindicações de grupos de resistência e de valorização do negro e do indígena com o reconhecimento e respeito à diferença, dependerá tanto das condições reais da formação de professores, disponibilidade de materiais didáticos adequados e não estereotipados ou folclorizados e da permanente mobilização em torno da implementação de políticas públicas conquistadas nas lutas e movimentos sociais.

Portanto, mesmo que a obrigatoriedade da inserção dos estudos culturais sobre a História da cultura dos povos Afro-Brasileiros e Indígenas, através da Lei nº 11.645/08 seja um avanço, um começo de uma ação política para valorização dessas culturas, consideramos que as ações a que se propõe a lei no campo educacional, devem ser efetivamente viabilizadas nas instituições educativas em seus diferentes níveis efetivando nas estruturas curriculares pois apenas assim o Brasil avançará no combate à intolerância e ao preconceito seculares contra negros e indígenas

Caso a lei não se efetive na prática permanecerá uma educação eurocêntrica, pautadas em valores ocidentais que se impõem por sobre as demais culturas mantendo atitudes preconceituosas e minorando as oportunidades de reconhecimento, respeito e valorização a diversidade que compõem as diferentes sociedades humanas. Neste sentido é urgente que sejam viabilizadas ações para a formação de professores e disponibilização de recursos didáticos diferenciados e específicos para a efetiva abordagem do tema na educação

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BENTO, Clovis Claudino. **Jogos de origem ou descendência indígena e africana na educação física escolar: educação para e nas relações étnico-raciais**' 01/02/2012 102 f. Mestrado acadêmico em educação instituição de ensino: Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 03**, de 10 de março de 2004. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>> Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Lei nº 11.645/08**, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art26a> Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>. Acesso em 15 agos. 2015.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar. **Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso**. Educ. rev. Nº 47 Curitiba Jan./Mar. 2013.

COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. As histórias indígenas e as afro-brasileiras nas aulas de matemática. 2009. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.25, n.02. ago. 2009. p. 175-198.

DIAS, Lucimar Rosa. **Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 51 set.-dez. 2012.

FAUSTINO, Rosângela Celia; MOTA, Lúcio Tadeu. Entendendo cultura, etnicidade e políticas de inclusão. In: _____. **Cultura e diversidade cultural**. Maringá: Eduem, 2012.

FERREIRA, Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da arte”. **Educação & Sociedade** [online]. 2002, vol. 23, nº 79, agosto, 2002. p. 257-272.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa.** Disponível em: Educar em Revista. Educ. rev. no.47 Curitiba Jan./Mar. 2013.

PALHARES, Leonardo Machado. **Entre o verdadeiro histórico e a imaginação criadora:** ilustrações sobre história e cultura dos povos indígenas em livros didáticos de História / 2012. 226 f., enc, il.. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Orientadora: Júnia Sales Pereira.

ROSA, Mayara Silverio Batista. **As representações dos indígenas no livro didático de história do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) do ensino público de campo grande.** 01/08/2012 160 f. mestrado acadêmico em educação instituição de ensino: universidade Católica Dom Bosco biblioteca depositária.

SANTOS, Sônia Querino dos Santos; MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. **Políticas públicas educacionais:** antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação *On line version* ISSN 1809-4465. Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, jan./mar. 2008, p. 95-112.

SILVA, Ana Claudia oliveira da. **Diversidades etnicorraciais e a política educacional de Pernambuco:** a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena como conteúdo curricular. 2012. 160 f. Mestrado acadêmico em educação instituição de ensino: universidade federal de Pernambuco biblioteca depositária: biblioteca central da UFPE.

SOUZA, Marinês Viana. **Entre ajuticaba(s) e zumbi(s):** Currículo e Diversidade Cultural.A inclusão das temáticas culturais de área em escolas públicas da zona leste da cidade de São Paulo, 2010. PUC-SP. 301 f.

VASCONCELOS, Rinaldo Farias de. **Estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena: limites e possibilidades de implementação no contexto do ensino técnico em agropecuária no campus barreiros - IFPE** 01/07/2011 133 f. Mestrado acadêmico em educação agrícola instituição de ensino: universidade federal rural do rio de janeiro biblioteca depositária: da UFRRJ.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 36, set./dez. 2010. p. 705-708